

CONTRATO CEDAE Nº 053/2018 (DP)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Rua Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova, Rio de Janeiro, CEP: 20.210-030 registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, por seus diretores ao final assinados, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD e Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE** e a **IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por meio de seu Diretor Presidente, Sr. NEUMAR RODRIGUES MOTA, portador da cédula de identidade nº 031.147.29-1, expedida pela MAERRJ, inscrito no CPF sob nº 307.687.647-34 e seu Diretor Administrativo, Sr. JOSÉ CLAUDIO CARDOSO URURAHY, portador da cédula de identidade nº 140.180.331-8, expedida pela CONFEA/CREA e inscrito no CPF sob nº 252.770.737-87, com sede na Rua Professor Heitor Carrilho, 81 – Centro – Niterói – CEP. 24030-230, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.542.017/0001-90, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seu Estatuto pelos Diretores ao final assinados, resolvem celebrar o presente Contrato para Prestação de Serviços de Publicações, com fundamento no Processo Administrativo E-07/100.247/2018, mediante Inexigibilidade de Licitação – **IL nº 004/2018 (DP)**, com fundamento no Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, pela qual reger-se-á, além da Lei Estadual n.º 287/79, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS, BALANÇOS E RELATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA DA CEDAE**, conforme autorização concedida pela Diretoria da CEDAE, inserida à fls. 78 do referido processo administrativo, a serem realizadas **NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARTES I (PUBLICAÇÕES DO EXECUTIVO) E PARTE V (PUBLICAÇÕES A PEDIDO)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de execução dos serviços será de **12 (doze) meses** contados do dia seguinte à autorização de início expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Único – Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 57, II, da Lei 8.666/93, até o limite de 60 meses totais de vigência, devendo **ser comprovada**, em cada solicitação de prorrogação, a **permanência da situação de inexigibilidade ou dispensa que a houver ensejado, bem como a vantagem de sua manutenção**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DE AMBAS AS PARTES

I- Constituem obrigações da CEDAE:

- a) Exercer a fiscalização do contrato;
- b) Atestar as faturas/notas fiscais recebidas;
- c) Encaminhar a **CONTRATADA**, por meio do Sistema Eletrônico de Envio de Matérias da Imprensa Oficial, as matérias a serem publicadas, obedecendo padronização específica (Título III da Portaria PR nº 001/06 de 17/01/2006) até os horários abaixo descritos:

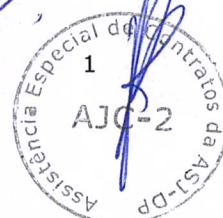
c.1) Parte I : até às 12 horas do dia útil anterior ao previsto para sua efetiva publicação;

c.2) Parte V: até às 17 horas do dia útil anterior ao previsto para sua efetiva publicação.

- d) Conferir o conteúdo das matérias publicadas com o texto digitado no Sistema Eletrônico de Envio de Matérias.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



d.1) Caso haja divergência tal fato deverá ser comunicado, imediatamente, a **CONTRATADA** para, por sua conta, ser providenciada nova publicação da matéria, no todo ou em parte.

e) Solicitar o cancelamento da matéria encaminhada quando for o caso, à Divisão de Editoração Eletrônica da **CONTRATADA**, por meio de ofício, fax, correio eletrônico ou diretamente pelo sistema de envio eletrônico e-dofs, de acordo com o art. 5 da Portaria PR nº 001/06 de 17/01/2006.

e.1) As solicitações de cancelamento deverão ser feitas até às 17 horas do dia anterior à data prevista para publicação.

f) Solicitar formalmente à **CONTRATADA**, em caso de cancelamento de matérias até o horário limite, o ressarcimento do valor efetivamente pago que será descontado a título de custo de administração, 10% (dez por cento) do valor total da publicação considerando-se como valor mínimo a ser descontado o valor correspondente a 1 cm (um centímetro) de coluna.

g) Responsabilizar-se pelas solicitações de retificação das matérias encaminhadas com falhas, inclusive pelas custas porventura originadas.

h) Responsabilizar-se pela guarda e manutenção de todos os certificados digitais e suas senhas, bem como a atualização de dados referentes à identificação do usuário, não cabendo à **CONTRATADA** qualquer responsabilidade pelo seu mau uso.

i) Cancelar, imediatamente, o direito de acesso ao sistema do usuário/funcionário com conta ativa no sistema e-dofs, em caso de desligamento ou transferência, devendo comunicar à **CONTRATADA** o referido desligamento.

j) Instalar em equipamento próprio o conjunto de programas disponibilizados pela **CONTRATADA**, seguindo as instruções desta, para preparação e transmissão das matérias a serem publicadas.

k) Manter infra-estrutura necessária para operar o sistema de envio eletrônico de matérias e-dofs, respeitando os requisitos mínimos de infra-estrutura e segurança, especificados conforme orientações do setor de informática da **CONTRATADA**.

II – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Conduzir seus serviços de acordo com a sua proposta e cláusulas deste instrumento contratual, observando ainda a legislação vigente.
- b) Manter-se em condições de contratar com a **CEDAE** durante toda a execução do objeto, rerepresentando as certidões que lhe foram exigidas no início da contratação, quando as mesmas se vencerem em seu curso.
- c) Prestar, sem quaisquer ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados em seus trabalhos, desde que tenha dado causa.
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até os limites nela estabelecidos.
- e) Publicar as matérias encaminhadas pela **CONTRATANTE**, desde que enviadas até os horários abaixo descritos:

e.1) Parte I: até às 12 (doze) horas do dia útil anterior ao previsto para sua efetiva publicação.

e.2.) Parte V: até às 17 (dezessete) horas do dia útil anterior ao previsto para sua efetiva publicação.

e.3) As matérias enviadas após o horário estabelecido, serão publicadas no dia posterior ao anteriormente definido.

- f) Devolver, imediatamente, à **CONTRATANTE**, para as devidas correções, as matérias que estiverem em desacordo com as normas de publicação da **CONTRATADA** (Portaria PR nº 001/06 de 17/01/2006).
- g) Receber as matérias para publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, exclusivamente por meio de transmissão eletrônica, após efetivo cadastramento dos usuários no sistema de envio de documentos oficiais - e-dofs.
- h) No caso dos usuários do sistema e-dofs que, temporariamente, por questões de ordem técnica ficarem impedidos de efetivar o envio de matérias eletronicamente, a **CONTRATADA** receberá as matérias por meio de mídia magnética (CD'S, e disquetes) em qualquer uma das suas agências.
- i) Os CD'S e disquetes que eventualmente forem recebidos nas agências serão retidos e devolvidos após a publicação das matérias.
- j) Emitir, após a efetivação do cadastramento, certificado digital individual, para cada usuário e responsável pelo sistema.
- k) Manter sigilo dos dados pessoais dos usuários do sistema, das chaves lógicas dos certificados digitais e de criptografia das matérias enviadas quanto à integridade, fidelidade e disponibilidade.
- l) Responsabilizar-se pelo custo decorrente da prestação do serviço, bem como do material necessário à sua execução, assim como quaisquer taxa e emolumentos que recaiam sobre o objeto do contrato.
- m) Apresentar toda a documentação prevista no parágrafo primeiro da cláusula décima-primeira juntamente com a nota fiscal/fatura dos serviços.
- n) Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, sendo que, na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) – até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5%.”

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A presente contratação será executada pelo regime de empreitada por preço unitário, estimando-se seu valor em **R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)**, que serão pagos conforme tabela abaixo:

Quantidade	Serviços	Preço Unitário
01 cm/col.	Referente à publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro Parte I (Poder Executivo)	R\$ 26,40
01 cm/col.	Referente à publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro Parte V (Publicações a Pedido)	R\$ 132,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Encontram-se computados no valor desta contratação todos os custos e tributos decorrentes do desenvolvimento dos serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos mensalmente, no prazo de até 30 dias contados do adimplemento de suas obrigações.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Considera-se adimplida a obrigação da **CONTRATADA** pelo cumprimento da etapa/parcela dos serviços acompanhada da fatura/nota fiscal e dos comprovantes mencionados no parágrafo primeiro da cláusula décima-primeira. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Assistência Especial de Contratos da ASJ-UP
AJC-2

PARÁGRAFO QUARTO – A fatura/nota fiscal que vier a ser emitida pela **CONTRATADA** deverá apresentar o detalhamento dos serviços executados no mês anterior.

PARÁGRAFO QUINTO – De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, **atestará mensalmente** (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação enviada e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

PARÁGRAFO SEXTO – O registro, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação apresentada **impedirá a concessão do atesto e suspenderá o prazo para pagamento.**

PARÁGRAFO SÉTIMO – A irregularidade da documentação necessária ao atesto ensejará, ainda, a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA** comunicando a abertura do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa e demonstração do cumprimento das obrigações previstas no parágrafo primeiro da cláusula décima primeira, sob pena de aplicação da penalidade de advertência. Permanecendo inalterada a situação total ou parcialmente, o contrato será rescindido com as consequências previstas no item "iii" do parágrafo oitavo da cláusula nona.

PARÁGRAFO OITAVO – A **CEDAE** fará o pagamento através de depósito em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA**, a ser por ela indicada.

PARÁGRAFO NONO - Constitui cláusula essencial do presente contrato, e de observância obrigatória, a impossibilidade de a **CONTRATADA** opor à **CEDAE** a exceção de inadimplemento como justificativa para a interrupção ou atraso das obrigações pactuadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados *pro rata die*, a partir do dia seguinte ao do efetivo pagamento até a data prevista do pagamento. *Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.*

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

A despesa decorrente desta contratação correrá à conta do Programa de Trabalho 2200022016, Conta Orçamentária 411110313, Fonte de Recursos 10, Centro de Custos n. DP1300000, ID da Reserva Orçamentária nº 2018000655, do presente exercício financeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços serão executados observando os limites mensais aprovados no cronograma físico-financeiro, inserido às fls. 10 do Processo Administrativo E-07/100.247/2018.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

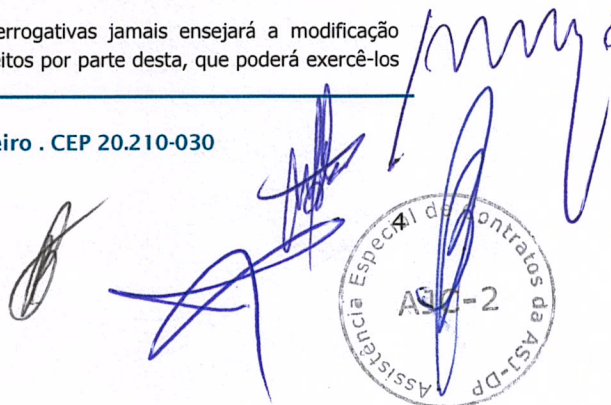
Os preços serão atualizados automaticamente, conforme tabela de preços da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP
ASJ-2

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar a Administração Pública Estadual direta e indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

PARÁGRAFO QUARTO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" serão impostas pelo Ordenador da Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta e indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação da sanção prevista na alínea "d" é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A multa administrativa, prevista na alínea "b", observará o seguinte:

- i) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme disciplinado pelo artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- iii) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;



Assistência Especial de Contratos da Assj-DP
AJC-2
5

iv) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e com a multa rescisória, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", observará o seguinte:

i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, quando este não realizar o depósito deste no prazo devido;

iii) Será aplicada à **CONTRATADA** pelo prazo de 1 (um) ano no caso de rescisão contratual decorrente do disposto na cláusula quarta, parágrafo sétimo.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, prevista na alínea "d", perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) sobre cada dia útil que exceder ao prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa rescisória e demais sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea "b", e no parágrafo anterior, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado a qual indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretender imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" desta cláusula, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual direta e indireta; enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais entes federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos das referidas penalidades.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas serão registradas pelo no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação da penalidade citada na alínea "d" desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE** quando verificada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão unilateral será feita sem qualquer indenização à **CONTRATADA**, a não ser pelas parcelas do objeto realmente executadas e aprovadas pela **CEDAE**, e desde que descontados destas quaisquer créditos que aquela venha a possuir à época, relativos às sanções aplicadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A declaração de rescisão unilateral deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do ato rescisório em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO - Constituem motivo para a rescisão unilateral do Contrato, além daquelas relacionadas no artigo 78, da Lei nº 8.666/93, a cessão ou subempreitada parcial ou total dos serviços.

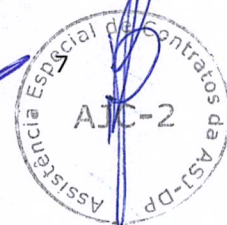
PARÁGRAFO QUINTO - Na hipótese de rescisão unilateral, além das sanções cabíveis na cláusula nona, poderá a **CEDAE**: a) cobrar da **CONTRATADA** a multa de 10% (dez por cento) em decorrência da rescisão contratual unilateral, calculada sobre o saldo reajustado do contrato; e b) cobrar indenização suplementar em juízo se verificado prejuízo superior ao valor da multa rescisória, nos termos do art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - Todas as penalidades aplicadas em decorrência deste contrato serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las da garantia prestada e, em sendo esta insuficiente, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, podendo ainda cobrá-las judicialmente, servindo o presente instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Fica estabelecido que a **CONTRATADA** será considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como a única e exclusiva responsável pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos profissionais envolvidos na execução dos serviços objeto do presente Contrato, permanecendo a **CEDAE** isenta de toda e qualquer responsabilidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** deverá apresentar mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal encaminhada no período, a declaração de cumprimento da Lei Estadual n. 7.258/2016, relativa à aplicação do regime de cotas de que trata a alínea "n", do item "II" da cláusula terceira. Se existirem empregados da **CONTRATADA** vinculados exclusivamente à execução deste contrato deverão ser apresentados ainda: (i) prova de pagamento do FGTS e do INSS destes empregados; e (ii) "**declaração**" da **CONTRATADA** de que se encontra em dia com o pagamento dos referidos salários.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ausência ou irregularidade de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento e, consequentemente, a concessão do atesto pela Comissão de Fiscalização, gerando a suspensão do prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a regularização da falta apontada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** também será obrigada a reapresentar, sob pena de aplicação das sanções administrativas prevista neste contrato, todos os documentos de habilitação que lhe foram exigidos para esta contratação, e isso: (i) sempre que expirados os seus prazos de validade; ou (ii) quando houver a necessidade de elaboração de algum termo aditivo ao contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – PACTA SUNT SERVANDA

O presente instrumento contratual substituirá todos os documentos que tiverem sido produzidos na fase de negociação, fazendo lei entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE

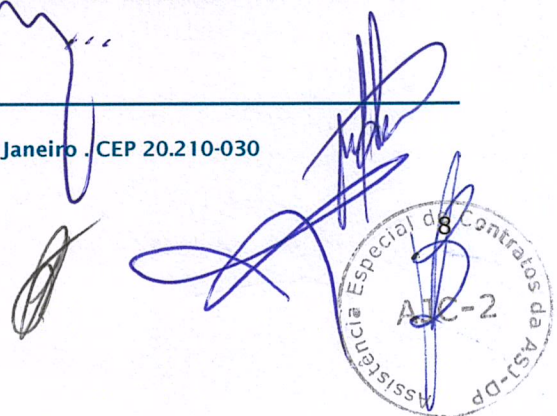
A **CONTRATADA** se obriga a manter todos os documentos e informações provenientes da prestação dos serviços contratados resguardados pela confidencialidade inerente à profissão que somente serão revelados, total ou parcialmente, com a expressa autorização da **CEDAE**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica a **CONTRATADA**, no entanto, expressamente autorizada a utilizar o nome da **CEDAE** como referência em seus materiais informativos, sendo vedada a vinculação de qualquer divulgação que viole a confidencialidade de que trata o caput da presente cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS

Ao término de cada exercício financeiro a Aceitação Provisória ocorrerá mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.



PARÁGRAFO SEGUNDO - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

PARÁGRAFO QUARTO - Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

- (I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
- (II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- (III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** omitir-se ou recusar-se a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- (IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- (V) A obrigação será considerada adimplida, conforme já mencionado no parágrafo terceiro da cláusula quarta, pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento, mencionados no parágrafo primeiro da cláusula décima-primeira.
- (VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- (VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

- (VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- (IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.
- (X) O procedimento mencionado acima poderá ser dispensado quando a contratação não ultrapassar o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou quando se referir a serviços técnicos profissionais listados no art. 13 da Lei 8.666/93, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

PARÁGRAFO QUINTO – A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A aceitação definitiva do objeto pactuado, nos termos da alínea "b", inciso I, art. 73 da Lei Federal n. 8.666/93, far-se-á por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO QUINTO – Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

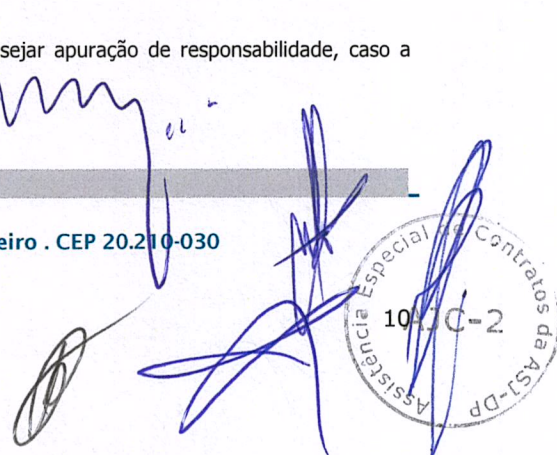
PARÁGRAFO SEXTO - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA PUBLICAÇÃO



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030
www.cedae.com.br



Assistência Especial em Contratos da ASJ-DP
1000C-2

Para fins de publicidade, o extrato do contrato será publicado pela **CEDAE** na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO – Após a publicação, uma cópia deste contrato deverá ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para cumprimento da Deliberação TCE-RJ n. 280/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

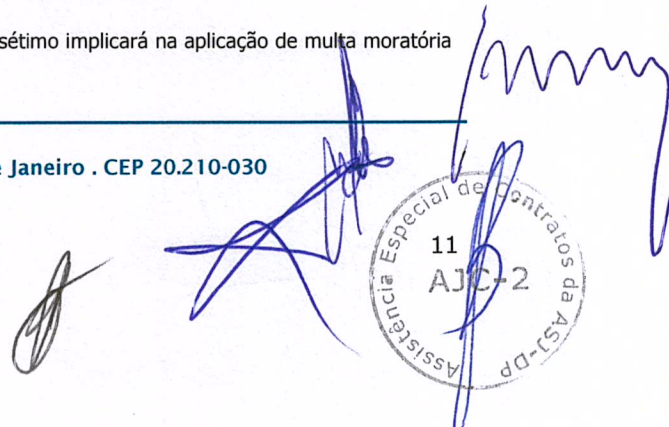
PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituirlo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.



11
AJC-2

Assessoria Especial de Contratos da Asj-DP

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO- Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

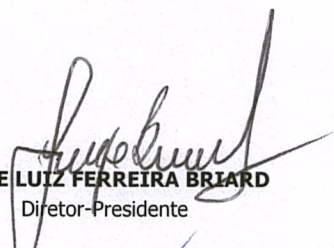
PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO- As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro como competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustadas, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e para um só fim, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o assinam.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor-Presidente

Pela **CONTRATADA**:


NEUMAR RODRIGUES DA MOTA
Diretor-Presidente

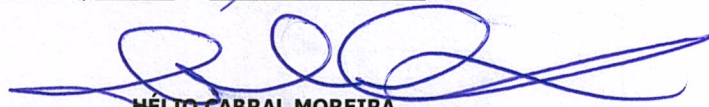
TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

contr-IMPrensa-publicação-avisos-balanços-relatorios-IL-004/2018-DP-PLD

Rio de Janeiro, 09 de MAIO de 2018.


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com
Investidores


JOSÉ CLÁUDIO CARDOSO URURAHY
Diretor Administrativo

38.874-4	Viviane Alves Monteiro	Técnico em Laboratório Especial
38.878-5	Nelson Guimarães Doria	Professor Adjunto
38.879-3	Norma Sueli Rosa Lima	Professor Adjunto
38.889-2	Leonardo Davino de Oliveira	Professor Adjunto

PORTARIA Nº 344/2018 - CONSIDERA, para efeito de aquisição da estabilidade no serviço público, a aprovação na Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, homologada por Comissão, constituída através da Portaria nº 119/REITORIA/2016, a contar da presente data.

Matrícula	Nome	Cargo/Categoria/Perfil
38.890-0	Jemima Fuentes Ribeiro da Silva	Professor Adjunto
38.892-6	Claudia Mercedes Mora Cárdenas	Professor Adjunto
38.895-9	Carla Beatriz Benassi	Professor Assistente
38.896-7	Barbara Peccol Szaniacki	Professor Adjunto
38.900-7	Lorena Lopes Pereira Bonomo	Professor Adjunto
38.920-9	Gabriela Aragão Souza de Oliveira	Assistente Administrativo
38.881-9	Bernardo Couto Neto	Professor Adjunto
38.883-5	Daniel José Nahid Mansur Chahub	Professor Adjunto
38.884-3	Monique Marques Longo	Professor Adjunto
38.885-0	Edmar Roberto Vieira Almeida	Professor Assistente
38.897-5	Ana Cristina dos Santos Mafacini	Professor Adjunto
38.901-5	Alessandra de Paula Santos	Professor Adjunto

PORTARIA Nº 345/2018 - CONSIDERA, para efeito de aquisição da estabilidade no serviço público, a aprovação na Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, homologada por Comissão, constituída através da Portaria nº 119/REITORIA/2016, a contar da presente data.

Matrícula	Nome	Cargo/Categoria/Perfil
37.878-6	Jessica Tavares de Brito Montealegre de Oliveira	Assistente Administrativo

Processo nº	Processo nº	Processo nº	Processo nº
E-26/005/9285/2014	E-26/005/10289/2014	E-26/005/10402/2014	E-26/005/10539/2014
E-26/005/9286/2014	E-26/005/10290/2014	E-26/005/10464/2014	E-26/005/10540/2014
E-26/005/9287/2014	E-26/005/10291/2014	E-26/005/10465/2014	E-26/005/10541/2014
E-26/005/9288/2014	E-26/005/10292/2014	E-26/005/10466/2014	E-26/005/10542/2014
E-26/005/9289/2014	E-26/005/10293/2014	E-26/005/10467/2014	E-26/005/10543/2014
E-26/005/9290/2014	E-26/005/10294/2014	E-26/005/10468/2014	E-26/005/10544/2014
E-26/005/9291/2014	E-26/005/10295/2014	E-26/005/10469/2014	E-26/005/10545/2014
E-26/005/9292/2014	E-26/005/10296/2014	E-26/005/10470/2014	E-26/005/10546/2014
E-26/005/9293/2014	E-26/005/10297/2014	E-26/005/10471/2014	E-26/005/10547/2014
E-26/005/10281/2014	E-26/005/10381/2014	E-26/005/10472/2014	E-26/005/10548/2014
E-26/005/10282/2014	E-26/005/10382/2014	E-26/005/10473/2014	E-26/005/10549/2014
E-26/005/10283/2014	E-26/005/10383/2014	E-26/005/10474/2014	E-26/005/10550/2014
E-26/005/10284/2014	E-26/005/10384/2014	E-26/005/10475/2014	E-26/005/10551/2014
E-26/005/10285/2014	E-26/005/10385/2014	E-26/005/10476/2014	E-26/005/10552/2014
E-26/005/10286/2014	E-26/005/10386/2014	E-26/005/10477/2014	E-26/005/10553/2014
E-26/005/10287/2014	E-26/005/10387/2014	E-26/005/10478/2014	E-26/005/10554/2014
E-26/005/10288/2014	E-26/005/10388/2014	E-26/005/10479/2014	E-26/005/10555/2014
		E-26/005/10534/2014	E-26/005/10759/2014
		E-26/005/10535/2014	E-26/005/10760/2014
		E-26/005/10536/2014	E-26/005/10761/2014
		E-26/005/10537/2014	

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2018

MIGUEL BADENES PRADES FILHO
Presidente

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

DESPACHO DO PRESIDENTE
DE 21.06.2018

PROCESSO Nº E-10/005/466/2018 - LUCIA REGINA DE SOUSA MOREIRA, matrícula nº 00/228.372-1 - INDEFIRO Licença sem Vencimento para Acompanhar Cônjuge, por não atendimento ao artigo 125, do Decreto nº 2.473/79.

Secretaria de Estado de Transportes

SUBSECRETARIA DE TRANSPORTES

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
DE 21.06.2018

PROCESSO Nº E-10/001/1262/2018 - HOMOLOGO o resultado do Pregão Eletrônico nº 004/2018, aquisição de materiais elétricos, que teve como licitante vencedora a Empresa MJL MANUTENÇÃO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - EPP, conforme a seguinte relação dos itens licitados: MJL MANUTENÇÃO E SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - os itens 1, pelo valor unitário de R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos), que perfaz o total de R\$ 2.160,00 (dois mil setecentos e sessenta reais); 5, pelo valor unitário de R\$ 36,00 (trinta e seis reais), que perfaz o total de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais); 6, pelo valor unitário de R\$ 1,88 (um real e oitenta e oito centavos), que perfaz o total de R\$ 376,00 (trezentos e setenta e seis reais); 7, pelo valor unitário de R\$ 111,99 (cento e onze reais e noventa e nove centavos), que perfaz o total de R\$ 223,98 (duzentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos); 8, pelo valor unitário de R\$ 209,99 (duzentos e nove reais e noventa e nove centavos), que perfaz o total de R\$ 209,99 (duzentos e nove reais e noventa e nove centavos); 10, pelo valor unitário de R\$ 5,99 (cinco reais e noventa e nove centavos), que perfaz o total de R\$ 59,90 (cinquenta e nove reais e noventa centavos); 13, pelo valor unitário de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), que perfaz o total de R\$ 90,00 (noventa reais); ROS RIO MATERIAIS E COMÉRCIO LTDA-EPP - os itens 2, pelo valor unitário de R\$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos), que perfaz o total de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais); 3, pelo valor unitário de R\$ 23,00 (vinte e três reais), que perfaz o total de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais); 4, pelo valor unitário de R\$ 17,60 (dezessete reais e cinquenta centavos), que perfaz o total de R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais); 9, pelo valor unitário de R\$ 25,60 (vinte e cinco reais e sessenta centavos), que perfaz o total de R\$ 256,00 (duzentos e cinquenta e seis reais); 11, pelo valor unitário de R\$ 4,00 (quatro reais), que perfaz o total de R\$ 40,00 (quarenta reais); 12, pelo valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais), que perfaz o total de R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais); 14, pelo valor unitário de R\$ 1,17 (um real e dezessete centavos), que perfaz o total de R\$ 117,00 (cento e dezessete reais); 15, pelo valor unitário de R\$ 1,38 (um real e trinta e oito centavos), que perfaz o total de R\$ 138,00 (cento e trinta e oito reais).

Id: 211517

DE 20.06.2018

PORTARIA Nº 346/2018 - APOSENTA CESAR XAVIER DE BRITO SANTOS LIMA, matr. nº 26.705-4, ID Funcional 2563508-9, Técnico Superior/Médico, com padrão de vencimentos X, com 40 horas semanais, de acordo com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

PORTARIA Nº 347/2018 - APOSENTA TEREZINHA BITTENCOURT LOJA, matr. nº 26.703-9, ID Funcional 2563493-3, Técnico Superior/Médico, com padrão de vencimentos X, com 40 horas semanais, de acordo com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

DE 25.06.2018

PORTARIA Nº 348/2018 - APOSENTA MARIANA DA SILVA LEITE, matr. nº 38.163-2, ID Funcional 5035220-2, Técnico Superior em Enfermagem, com padrão de vencimentos I, com 30 horas semanais, de acordo com o artigo 40, § 1º inciso I da Constituição Federal com proporcionalidade de proventos, a contar de 08/02/2018.

PORTARIA Nº 349/2018 - EXONERA, A PEDIDO, THIAGO MACIEL DE OLIVEIRA, matr. nº 35.113-0, Docente/Professor Assistente, lotado no Depto. de Matemática e Desenho - CAP do Quadro de Servidores Docentes da Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a contar de 18/04/2018.

Id: 2115082

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FAETEC/PR Nº 507 DE 25 DE JUNHO DE 2018

INSTAURA SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, do Manual do Síndico, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984, e, no cumprimento das obrigações descritas no Decreto nº 41.880, de 25 de maio de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Sindicância, através da Comissão designada pela Portaria PR/FAETEC nº 479, de 07/12/2017, para, no prazo de 90 (noventa) dias, emitir parecer conclusivo a fim de examinar os fatos que deram origem a situação de DEA - Despesas de Exercícios Anteriores, através dos processos abaixo relacionados:

PROC. Nº E-07/501.770/12 - INDEFIRO a impugnação apresentada pela Empresa Valle Sul Energia S/A, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração, através do parecer constante às fls. 36/39.

PROC. Nº E-07/512.616/12 - ACOELHO a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração no sentido de ser disponibilizado novo prazo para apresentação da impugnação, através do parecer constante às fls. 182/184.

PROC. Nº E-07/002.7229/13 - INDEFIRO a impugnação apresentada por Sebastião do Nascimento Pereira, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração, através do parecer constante às fls. 27/29.

PROC. Nº E-07/002.12820/13 - DEIXO DE CONHECER a impugnação apresentada por Glória Maria Carneiro da Silva em função de sua intertempistividade, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração, através do parecer constante às fls. 39/42.

PROC. Nº E-07/002.6236/13 - INDEFIRO a impugnação apresentada por Ademir Andrade Coutinho, acolhendo a manifestação exposta pelo Serviço de Impugnação a Autos de Infração, através do parecer constante às fls. 68/75.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL MACAÉ E DAS OSTRAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

DE 25.06.2018

PROC. Nº E-07/002.17259/2013 - INDEFIRO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Maria José Cunha, para aprovação de reserva legal, no Sítio Novo Horizonte - Bica da Pequena - 6º Distrito, Município Macaé, com base nos autos do Processo nº E-07/002.17259/2013.

DE 26.06.2018

PROC. Nº E-07/002.2043/2015 - CANCELA a Licença de Operação LO nº IN031399 concedida à empresa J L de Vasconcelos Comercial Transporte e Logística - ME para realizar atividade de transporte rodoviário de resíduos perigosos (classe I) e não perigosos (classe II/A e II/B), de origem industrial, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, com base nos autos do Processo nº E-07/002.2043/2015.

PROC. Nº E-07/002.12774/2017 - INDEFIRO o requerimento de Outorga de uso de recurso hídrico, em nome de Praia Clube São Francisco, situado à Estrada do Frões, nº 700 - São Francisco, Município Niterói, com base nos autos do Processo nº E-07/002.12774/2017.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL BAIXO PARAIBA DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

DE 12.06.2018

PROC. Nº E-07/002.6151/2013 - A Diretoria do INEA CANCELA o Auto de Infração nº SUPSULEAI00145020, emitido em nome da Empresa AUTO POSTO PEROLA DE SANTA CLARA LTDA, uma vez que o mesmo descreveu apenas uma das condutas inadequadas constatadas no momento da vistoria, e aplicou dispositivo legal contraditório à infração descrita.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL PIABANHA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

DE 26.06.2018

PROC. Nº E-07/15047/2008 - INDEFIRO a solicitação de Certidão de uso insignificante de recursos hídricos, extraído através de um poço, realizado por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO ALEXANDRE MAYWORM, localizado na ESTRADA UNIAO INDUSTRIA, 14210 - ITAIPAVA / Petrópolis-RJ, com uso para limpeza de dependências e consumo humano, em razão do não atendimento à Notificação SUPSULEAI001083963, conforme disciplina a Resolução INEA nº 129 de 03 de dezembro de 2015, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 3.467/2000. O empreendimento está localizado na Região Hidrográfica RH IV - Piabã, e a captação localiza-se nas coordenadas geográficas: 22° 22' 13,00" S / 43° 7' 44,00" O.

Id: 2115160

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 23/01/2018
PÁGINA 13 - 1ª COLUNA

DESPACHO DA GERENTE
DE 22/01/2018

Processo nº E-07/002.642/2018

Onde se lê: ...02/12/1987 a 29/11/1992, 30/11/1992 a 28/11/1997, 29/11/1997 a 27/11/2002, 28/11/2002 a 26/11/2007, 27/11/2007 a 24/11/2012 e de 25/11/2012 a 23/11/2017.

Leia-se: ... 23/01/1988 a 20/01/1993, 21/01/1993 a 20/01/1998, 20/01/1998 a 18/01/2003, 19/01/2003 a 17/01/2008, 18/01/2008 a 15/01/2013 e de 16/01/2013 a 14/01/2018.

Id: 2115181

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 03/05/2018

DESIGNA KAREN RODRIGUES RUSSO, Assessora Especial de Comunicação Social, como Presidente, **WALTER SOARES FERREIRA**, Assessor de Departamento e **LUCAS FERREIRA CARDOSO**, Assessor Executivo, como membros titulares, e **ENANES AVELLAR DA SILVA**, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato **RICARDO PALAGANO RAMALHO**, Assessor de Marketing e **LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA MATTIA**, Chefe de Gabinete da Presidência, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS, BALANÇOS E RELATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA DA CDEAE, de que trata o Processo nº E-07/100.247/2018, Ordem de Serviço E nº 15.13/2018.

*Omitido no D.O. de 10/05/2018.

Id: 2115186

SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA PRES/ITERJ Nº 176 DE 20 DE JUNHO DE 2018

DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso II do artigo 12 do Decreto nº 26.818, de 31 de julho de 2000, bem assim a teor do que consta do processo administrativo nº E-19/014/886/2014.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso II do artigo 12 do Decreto nº 26.818, de 31 de julho de 2000, bem assim a teor do que consta do processo administrativo nº E-19/014/886/2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores, abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Licitação:
- **CLEDSON DOS SANTOS CUNHA** - Presidente, Técnico Assistente - ID Funcional nº 4145068-0;
- **MARCIA ELAINE DOS REIS** - Membro, Assistente Executivo - ID Funcional nº 4436166-6;
- **JACQUELINE DA SILVA MOREIRA DIAS** - Membro, Assistente Executivo - ID Funcional nº 4401024-9

SUPLENTE:

1º **ANTONIO CARLOS VIOLA MACHADO** - Membro, Técnico Assistente - ID Funcional 0641043-0;
2º **MARIÂNGELA MONTEIRO FRANCO** - Membro, Gerente de Administração e Finanças - ID Funcional nº 4401024-9.

Art. 2º - A servidora **MARCIA ELAINE DOS REIS** - Membro, Assistente Executivo - ID Funcional nº 4436166-6, é conferida a qualidade de presidente substituto, de modo a substituir o presidente em eventuais impedimentos.

Secretaria de Estado do Ambiente	
ADMINISTRAÇÃO VINCULADA	
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL *INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 053/2018 (DP). PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. OBJETO: Prestação dos serviços de publicação de editais, avisos, balanços e relatórios de controle de qualidade de água da CEDAE. PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). DATA DA ASSINATURA: 09/05/2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.247/2018 (Inexigibilidade de Licitação - IL nº 004/2018 - DP). *Omitido no D.O. de 10/05/2018.	
	Id: 2115178
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS EXTRATO DE TERMO ADITIVO INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 9912280891. PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato original. PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 803.530,80 (oitto milhas, trinta e três mil quinhentos e trinta reais e oitenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 21/05/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.09/2016 (IL nº 001/2016 - DF).	
	Id: 2115188
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS EXTRATO DE TERMO ADITIVO INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 039/2016 (DE). PARTE: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CE-DAE e a GFM - GESTÃO DE MEDIÇÃO E FATURAMENTO LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo contratual. PRAZO: 720 (setecentos e vinte) dias. VALOR: R\$ 3.523.518,61 (sete milhões, trezentos e vinte e três mil quinhentos e dezotois reais e sessenta e um centavos). DATA DA ASSINATURA: 17/05/2018. FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.235/2015 (CN nº 204/2015).	
	Id: 2115189
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES AVISO MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 340/2018 - ASI-DP. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENÇAS OFFICE 365 PRO PLUS 65P. DATA DA ETAPA DE LANCES: 11/07/2018 - Horário: 11 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 4.702.320,00. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.	
	Id: 2115005
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES AVISO MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 341/2018 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE SEGURANÇA PARA ESTAÇÕES DE TRABALHO E SERVIDORES. DATA DA ETAPA DE LANCES: 12/07/2018 - Horário: 11 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br . VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.062.000,00. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.	
	Id: 2115006
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE EXTRATO INSTRUMENTO CONTRATUAL INSTRUMENTO: Contrato nº 21/2018-INEA, assinado em 25/06/2018. PARTE: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATEANTE. VALOR: R\$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais). PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA 25 de junho de 2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8666/1993. PROCESSO Nº E-07/002.194/2018.	
	Id: 2115179
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE EXTRATO DE TERMO *INSTRUMENTO: Termo de Doação INEA nº 17/2018. PARTE: Instituto Estadual do Ambiente e o Município de Pirai. OBJETO: Doação gratuita, livre e desembarcada de um veículo automotor especificado no Anexo I. DATA DA ASSINATURA: 12/03/2018. PROCESSO Nº E-07/002/18/2018.	
	Id: 2115178
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE EDITAIS O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a notificação RJ-NOT-2018-000063, fica V.Sa. notificada a apresentar ao INEA, no prazo de 60 (sessenta) dias, o contrato da data de publicação em Diário Oficial os documentos em anexo relacionados. O não cumprimento desta notificação sujeitará o infrator às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467/2000.	
CONVOCA: NOME OU RAZÃO SOCIAL: Sílvia Helena Queiroz Faria. CNPJ/CPF Nº: 561.446.957-53. ENDEREÇO: Rua Francisco Policarpo - São Fidéls.	
O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à R.J. Os Alves de Azevedo, 483, Pq. Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.	
O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e tendo em vista a notificação RJ-NOT-2018-000078, fica V.Sa. notificada a apresentar na notificação RJ-NOT-2018-000078, fica V.Sa. notificada a apresentar na	

Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE n. 053/2018 (DP), assinado em 09 de Maio de 2018 entre a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE) e a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, na forma abaixo:

Diante da permanente necessidade dos serviços desenvolvidos através desta contratação e do interesse das partes em prorrogá-la nas mesmas condições atualmente vigentes, resolvem a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, já qualificadas no contrato original ora aditado, por meio de seus administradores ao final assinados, celebrar o presente aditivo ao Contrato CEDAE nº 053/18 (DP), que tem por objeto a **"PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS, BALANÇOS E RELATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA DA CEDAE"**, IL nº 004/2018 (DP), fazendo-o nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Conforme autorização concedida pela Diretoria da **CEDAE**, em reunião realizada no dia 03 de Maio de 2019, Processo nº E-07/100.247/2018 (Volume 003), ajusta-se o presente aditivo para promover a prorrogação do prazo contratual, com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, bem como na cláusula segunda do contrato original, por novos **12 (doze) meses**.

CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo da presente contratação, atualizado, passa a ser de 24 (vinte e quatro) meses, encerrando-se, no caso de não haver nova prorrogação, **no dia 12 de Maio de 2020**, cf. fls. 698 do processo administrativo referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados. f 151:

Programa de Trabalho: 2200022016.
Código Orçamentário: 33903909.
Fonte de Recursos n.: 10.
Conta Contábil: 411110313
Centro de Custos n.: DP13000000.
ID da Reserva Orçamentária nº: 2019000081.

PARÁGRAFO ÚNICO - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA QUARTA - O valor autorizado para a execução deste aditivo é de **R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)**, que serão pagos em parcelas de acordo com as medições efetuadas no



serviço prestado, por meio de depósito na Conta Corrente da **CONTRATADA**, já cadastrada na **CEDAE**.

CLÁUSULA QUINTA - O valor atualizado da presente contratação passa a ser de **R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais)**, conforme informações prestadas às fls. 698 do Processo Administrativo de referência.

CLÁUSULA SEXTA - As partes ratificam as demais cláusulas e condições estabelecidas pelo instrumento contratual, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

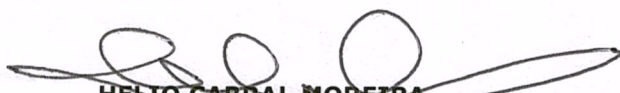
CLÁUSULA SÉTIMA - Este Termo Aditivo deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro como condição de sua eficácia, devendo ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.


E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, 09 de maio

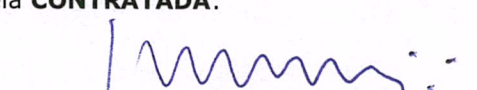
de 2019.

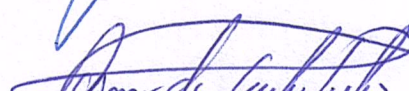
Pela **CEDAE**:


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor-Presidente


JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


JOSÉ CLAUDIO CARDOSO URURAHY
Diretor Presidente


OSMAR DA CUNHA PENHA
Diretor Administrativo

TESTEMUNHAS:

Nome: Eliene F. Martins RG: 053818704-16P

Nome: _____ RG: _____
Ref.Ad-IMPrensa-Oficial-01-053-18-prorrogação-serviços-contínuos-P



VI - lista com os documentos e demais elementos fornecidos ou que a pessoa jurídica se obriga a fornecer com o intuito de demonstrar a existência da prática denunciada, com o prazo para a sua disponibilização;

VII - obrigação de a pessoa jurídica cooperar plena e permanentemente com as investigações e com o processo administrativo, comparando, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento;

VIII - percentual em que serão reduzidas as multas previstas na Lei nº 8.429/92 e na Lei nº 12.846/13, bem como a indicação das demais sanções que serão isentas ou atenuadas e qual grau de atenuação, caso a pessoa jurídica cumpra suas obrigações no acordo;

IX - rubrica com natureza de ressarcimento, quando for o caso;

X - previsão de que o não cumprimento, pela pessoa jurídica, das obrigações previstas no acordo de leniência resultará na perda dos benefícios pactuados;

XI - natureza de título executivo extrajudicial do instrumento do acordo, nos termos do Código de Processo Civil;

XII - adoção, aplicação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, se for o caso;

XIII - prazo e a forma de acompanhamento do cumprimento das condições nele estabelecidas;

XIV - demais condições que a autoridade competente para a sua celebração considere necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

Parágrafo Único. - A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a elevação do respectivo acordo, salvo nos casos previstos no artigo 47, § 3º, do Decreto nº 45.365/18.

Art. 21 - O relatório final previsto no inciso VII do caput deste artigo será encaminhado pelo Presidente da Comissão à Coordenadoria, Consultoria e Advocacia Preventiva do Sistema Jurídico - PG-15, com a minuta do termo do acordo, para parecer a respeito das questões jurídicas pertinentes ou a outro órgão da Procuradoria Geral do Estado, a critério do seu Procurador Geral.

Art. 22 - Após a elaboração do parecer jurídico, o Presidente da Comissão encaminhará os autos para que o Procurador-Geral do Estado decida sobre a celebração do acordo de leniência.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 - Não poderão integrar a Comissão Procuradores do Estado lotados no Núcleo de Contencioso Estratégico e Defesa da Proibição.

Art. 24 - A presente resolução é válida apenas para acordos nos quais ainda não tenha sido celebrado Memorando de Entendimentos.

Art. 25 - O processo administrativo será tramitado no Sistema Eletrônico SEI-RJ.

Art. 26 - A Comissão reunirá-se a quinze dias para que os integrantes possam trocar informações e debater sobre os acordos em andamento.

Art. 27 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2019

MARCELO LOPES DA SILVA
Procurador-Geral do Estado

Id: 2184678

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

ATO DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 488 CEJURPGE DE 28 DE MAIO DE 2019

ADMITIR ALUNOS-RESIDENTES NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, no uso de suas atribuições legais e nos termos da delegação estabelecida pela Resolução PGE nº 3.723, de 02 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir os candidatos, abaixo relacionados, aprovados em Exame de Seleção a que se submeteram no Programa de Residência Jurídica da Procuradoria Geral do Estado, conforme as Resoluções PGE nºs 2.483, de 28.05.2008, 4.068, de 12.05.2017, e 4.337, de 15.01.2019:

Pedro Paulo Gouvêa de Souza
Matheus Ricci Portella
Lucas Guimarães Esperança
Rafaela Lugon Lucchesi Ramacciotti
Mariana Macêdo Fernandes da Silva
Ludigi Silva Almeida
Ana Paula Marques Ferreira
Vanessa Alves Washington de Souza

Art. 2º - As designações dos candidatos para as vagas existentes objetivam atender às necessidades da Procuradoria Geral do Estado. A não-apresentação dos documentos exigidos para a admissão, a recusa do candidato em aceitar a designação ou o não-comparecimento na data marcada pelo Centro de Estudos Jurídicos tornará sem efeito a admissão.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo as admissões consideradas realizadas na data da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso, respeitada a validade nelas indicada.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2019

RODRIGO BORGES VALADÃO
Procurador - Chefe

Id: 2184396

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE nº 053/2018 (DP).
PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.
PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 09/05/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.247/2018 (Inexigibilidade de Licitação nº 004/2018 - DP).
*Omitido no D.O. de 10/05/2019.

Id: 2184674

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao CONTRATO CEDAE nº 044/2017 (DE).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a OI MÓVEL S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e o reajuste dos serviços.
PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$ 26.454,30 (vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 18/04/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.397/2015 (Pregão Eletrônico nº 008/2017).
*Omitido no D.O. de 19/04/2019.

Id: 2184675

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao CONTRATO CEDAE nº 038/2017 (DG).

PARTE: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SUL AMBIENTAL SERVIÇOS DE MEIO AMBIENTE LTDA - EPP.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e a reafirmação de itens da planilha orçamentária, com acréscimo de valores.

PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.

VALOR: R\$ 237.600,00 (duzentos e trinta e sete mil e seiscentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 18/04/2019.

FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.545/2016 (Pregão Eletrônico nº 038/2017 - DG).
*Omitido no D.O. de 19/04/2019.

Id: 2184676

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 30.04.2019
PÁGINA 53 - 2ª COLUNA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Fenixx Segurança e Transporte de Valores Ltda.

Onde se lê: INSTRUMENTO: Contrato de Prestação de Serviços nº 022/2019.

Leia-se: INSTRUMENTO: Contrato de Prestação de Serviços nº 034/2019.

Id: 2184644

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SERVIÇO DE PREPARO DE PAGAMENTO

EDITAL

O SERVIÇO DE PREPARO DE PAGAMENTO CONVOCA o ex-servidor SÉRGIO LUIZ TSE CHAVES, ID Funcional nº 42712343, para comparecer a esta Coordenadoria, situada à Av. Presidente Vargas, nº 817, 3º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ, no decorrer de 15 (quinze) dias a contar desta publicação, de 2ª a 6ª feira, das 10h às 16h, a fim de tomar ciência de seu respectivo débito.

Id: 2184647

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO

AVISO

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ, em atendimento ao art. 20, §6º, do Decreto Estadual nº 46.642/2019, que dispõe sobre a fase preparatória de contratações, informa que constam em fase de pesquisa de mercado os seguintes processos:

PROCESSO Nº	OBJETO
E-12/136/32/2015	Contrato de link de comunicação (Tecnologia MPLS)
E-16/060/2898/2019	Locação, instalação e manutenção de Módulos Container
E-16/060/3177/2019	Manutenção predial
E-16/060/3033/2019	Fornecimento de solução informatizada p/ lavatura e impressão de Auto de Infração de trânsito
E-16/042/3/2019	Sistema Estadual de Identificação - SEI (EMERGENCIAL)
E-16/060/3072/2019	Prestação de Serviços de Programação visual p/ unidades físicas do Detran
E-16/006/9/2019	Centro de impressões de Carteira de Identidade
E-16/060/2584/2019	Locação, instalação e manutenção de Estruturas metálicas (galpões)
E-16/006/17/2019	Sistema Estadual de Identificação - SEI
E-12/061/3020/2014	Outsourcing de gestão e apoio ao Data Center do Detran
E-16/060/3661/2019	Fornecimento, coleta e entrega de Malotes Administrativos
E-16/060/3727/2019	Água mineral (Copos de 200 ml)
E-16/060/3418/2019	Manutenção e Suporte de Equipamento AVAYA
E-16/060/3517/2019	Centro de Impressão de CNH
E-16/060/3251/2019	Fita de impressora (EPSON FX 2190)
E-16/060/2920/2019	Solução NGX
E-16/060/3571/2019	Lenco Umedecido
E-16/060/3480/2019	Mídias (Pen drive, CD, RW, DVD, RW)
E-16/060/3436/2019	Coleta de lixo Extraordinário
E-16/060/3492/2019	Material de expediente
E-16/060/3421/2019	Suporte Operacional (EMERGENCIAL)
E-16/060/3312/2019	Fornecimento, coleta e entrega de Malote administrativo (EMERGENCIAL)
E-16/060/3481/2019	Pó de Café, açúcar e adoçante
E-16/060/3311/2019	Locação de veículos (Vans sem motorista)
E-12/061/2203/2016	Prestação de serviços (Fornecimento de caixas, transporte e arquivo de documentos)

E-16/060/3172/2019	Coleta de lixo Extraordinário (EMERGENCIAL)
E-12/061/11671/2015	Locação, Instalação, Manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador e Nobreak
E-16/060/3040/2019	Fornecimento de Galões de água Mineral (20 litros)
E-16/060/1424/2019	Suporte Operacional
E-12/138/2/2019	Renovação do parque de impressoras Monocromáticas e Policromáticas
E-16/060/3409/2019	Material Educativo para campanhas de Educação p/ o trânsito

Para solicitação do Termo de Referência, do Projeto Básico e demais informações, os interessados deverão entrar em contato pelo e-mail dsup@detran.rj.gov.br.

Id: 2184643

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seleção e administração de vagas para estágio remunerado de estudantes de instituições da rede de ensino, públicas ou privadas, de Agente de Integração empresa-escola, que deverá atuar em conjunto com a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IOERJ e instituições de ensino, para preenchimento de oportunidades de estágio neste órgão, conforme especificado e quantificado na Proposta-Detalhe (Anexo I) e Termos de Referência (Anexo VI).

DATA: 12/06/2019

HORÁRIO: 15:00 h

LOCAL: www.licitacoes.caixa.gov.br

PROCESSO Nº E-12/079/0406/2019

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa Econômica Federal, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.

Id: 2184631

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 614/2019 - ASL-DPR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS BLINDADOS DE REPRESENTAÇÃO.

DATA DA ETAPA DE LANCES: 12/06/2019 - **HORÁRIO:** 11 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Id: 2184586

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2019 - Termo Contratual nº 024/2019.

PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a empresa CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a formalização da alteração quantitativa do Contrato nº 002/2019, relativo à supressão de 01 (um) auxiliar de serviços gerais do Posto de Controle Fiscal de Valença, a partir de 01/04/2019, com fundamento no inciso I, alínea b, do art. 65, c/c o art. 59, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

DATA DA ASSINATURA: 28/05/2019.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.666/1993.

PROCESSO Nº SEI-04/177/00003/2019.

Id: 2184553

COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público que fará realizar no Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro a licitação, abaixo mencionada:

PREGÃO ELETRÔNICO SEFAZ-RJ Nº PE 020/2018 R1

OBJETO: Contratação de empresa especializada visando à instalação de canalização de chuveiros automáticos para o sistema de combate a incêndio por sprinklers, com fornecimento de material, mão-de-obra e aprovação do CBMERJ, conforme projeto fornecido pelo Condomínio do Edifício BCS, localizado na Rua Buenos Aires, nº 68 - Centro Rio de Janeiro, onde no 4º pavimento funciona a Corretoria da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ.

TIPO: Menor Preço Global por Item

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/06/2019, às 10h00min

SESSÃO: 13/06/2019, às 10h00min

PORTAL ELETRÔNICO: www.compras.rj.gov.br

PROCESSO Nº E-04/172/25/2018

Id: 2184513

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA AFE 12 VEÍCULOS E MATERIAL VARIO

EDITAL

DÁ CIÊNCIA à empresa RECAP PNEUS MARINGÁ LTDA, raiz de CNPJ 02437645, Inscrições Estaduais 77.268.170 (baixada) e 77.472.169 (matriz habilitada regular) da NOTA DE LANÇAMENTO Nº 510/7846 lavrada no Processo nº E-04/045/84/2017 de 03/04/2017, no valor não atualizado de R\$1.669,15.

O citado Processo nº E-04/045/84/2017 encontra-se à disposição na sede desta Repartição Fiscal na Avenida Presidente Vargas, nº 670/5º andar - Centro - Rio de Janeiro.

Id: 2184469

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 06/2017. **PARTE:** Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA e o Instituto de Pensão, Aposentadoria e Benefícios do Município de Cordeiro - IPAMC. **OBJETO:** Prorrogação do prazo contratual. **DATA DA ASSINATURA:** 27/03/2019. **PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 27/03/2019. **FUNDAMENTO:** Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E01/060/1579/2015.**

Id: 2184567